

**PLANO DE TRABALHO
PROGRAMA TITULA BRASIL
PLANO DE TRABALHO PARA ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA (SEM REPASSE DE RECURSO
FINANCEIRO)**

1. DADOS CADASTRAIS

1.1. PARTÍCIPE 1: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA

CNPJ: 00.375.972/0002-41

Endereço: Rua E, s/n - Centro Político Administrativo

Cidade: Cuiabá

Estado: Mato Grosso

CEP: 78.049-929

DDD/Fone: (65) 3644-1104

Esfera Administrativa Federal

Nome do responsável: Editânio Santos de Oliveira

CPF: [REDACTED]

RG: [REDACTED]

Órgão expedidor: SSP-MT

Cargo/função: Superintendente Regional

Endereço: Avenida Mário Augusto Vieira, n. 268, bairro Morada do Ouro, Cuiabá-MT, CEP 78.053-734

Cidade: Cuiabá-MT

1.2. PARTÍCIPE 2: Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde - MT

CNPJ: 24.772.246/0001-40

Cidade: Lucas do Rio Verde - MT

CEP: 78455000

DDD/Fone: (65) 3549-8300

Esfera Administrativa Municipal

Nome do responsável: Miguel Vaz Ribeiro

CPF: [REDACTED]

RG: [REDACTED]

Órgão expedidor: SSP

Cargo/função: Prefeito Municipal

Endereço: RUA SANTO ANGELO, 189

Cidade: Lucas do Rio Verde

Estado: MT

CEP: 78455000

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Execução de atividades previstas no Programa Titula Brasil com finalidade de regularização e titulação nos projetos de reforma agrária do Inbra do Inbra no município de Lucas do Rio Verde - MT.

Título: PROGRAMA TITULA BRASIL	
PROCESSO nº: 54000.142515/2022-29	
Data da assinatura: <i>data e horário oficial de Brasília-DF são da assinatura eletrônica.</i>	
Início (mês/ano): 06/2023	Término (mês/ano): 06/2027

2.2. O presente Plano de Trabalho tem por objeto, em regime de mútua colaboração, a execução de atividades previstas no Programa Titula Brasil, que tem como finalidade aumentar a capacidade operacional dos procedimentos de regularização e titulação nos projetos de reforma agrária do Inbra ou terras públicas federais passíveis de regularização fundiária sob domínio da União ou do Inbra para a promoção e execução das políticas públicas de regularização fundiária e reforma agrária.

3. DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA

3.1. No âmbito da regularização fundiária, o território brasileiro tem uma quantidade significativa de posses rurais passíveis de regularização nos termos da Lei 11.952, de 2009.

3.2. A ausência de regularização fundiária provoca insegurança jurídica aos ocupantes desses imóveis e inviabiliza o acesso às políticas públicas de crédito e de assistência técnica direcionadas ao produtor rural.

3.3. Conforme "Plano de Ação Para Regularização Fundiária Dos Imóveis Georreferenciados e Localizados em Glebas Aptas Na Amazônia Legal - DF/DFR/2020" (SEI Incra [6533059](#) do Processo [54000.057961/2020-77](#)), existem 109.153 imóveis rurais georreferenciados que aguardam a conclusão dos seus processos de regularização. Além destes, há estimativa de cerca de 160 mil ocupações rurais em glebas federais na Amazônia Legal sem georreferenciamento e cuja imensa maioria dos ocupantes sequer foram identificados pela Autarquia, o que demandará atuação ativa do Incra e parceiros para identificá-los e regularizá-los.

3.4. Situação semelhante ocorre em relação aos imóveis localizados nas áreas remanescentes de projetos de colonização nas demais regiões do País. Estima-se que existam cerca de 30 mil parcelas em situação irregular a serem tituladas e cerca de 150 mil parcelas tituladas que demandam análise quanto ao cumprimento das condições contratuais dos títulos.

3.5. Uma segunda demanda é caracterizada pela falta de titulação nos projetos de assentamentos rurais do Incra, conforme determina o art. 18 da Lei 8.629, de 1993. Muitos agricultores provenientes Programa Nacional de Reforma Agrária não possuem sequer o Contrato de Concessão de Uso - CCU, muito menos o Título de Domínio de sua parcela, o que também traz como consequência insegurança jurídica e dificuldade de acesso às políticas públicas de fomento e financiamento de atividades produtivas, sem contar os impactos quanto a direitos sucessórios.

3.6. Dos 7.656 Projetos de Assentamentos estabelecidos pelo Incra, existem, atualmente, 400 mil assentados sem Contrato de Concessão de Uso - CCU, 600 mil beneficiários potenciais recebedores do Título de Domínio, mais de 250 mil assentados bloqueados em função de diligências oriundas de Acórdãos do TCU e ocupações de parcelas em projetos de assentamento não autorizadas pelo Incra, entre outras demandas que necessitam de tratamento.

3.7. Tais questões impactam na qualidade de vida das famílias beneficiárias dos Programas do Incra, dificultam o acesso às políticas públicas de apoio e a mercados, repercutem no desenvolvimento da economia local, favorecem a ocorrência de crimes ambientais e de violência no campo e aumentam a probabilidade de evasão dos agricultores das glebas e dos projetos de assentamento.

3.8. Assim, o Incra, cuja a missão principal é implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional e contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, deve-se valer de estratégias e medidas que possam ampliar a sua capacidade operacional no cumprimento de sua missão.

3.9. Nesse sentido, firmar parcerias, por meio de Acordos de Cooperação Técnica, demonstra ser um instrumento viável de apoio à Instituição.

3.10. Ademais, espera-se, com estas iniciativas, melhorar a qualidade de vida do homem do campo beneficiário das políticas públicas Incra, por meio da regularização e titulação da terra que ocupa.

3.11. No contexto atual de diminuição de recursos orçamentários do Incra para a Ação 2000 - Administração da Unidade que traz como consequência a diminuição da mão-de-obra terceirizada no Incra, faz-se necessário firmar parcerias para maximizar recursos humanos do Incra em MT.

3.12. O município de Lucas do Rio Verde - MT não possui projetos de assentamentos.

3.13. Segundo informações da SR(13)F por e-mail e juntado nos autos [54000.038155/2021-81](#), consta no município glebas publicas de domínio do Incra ou da União, conforma tabela abaixo:

Glebas	Área matrícula original (ha)	Matrícula	Proprietário	Área
LUCAS DO RIO VERDE	Arrecadação		União	170.000,0000
Total	1			170.000,0000

3.14. Através da proposta inserida pelo município em sítio eletrônico do Incra e juntada no presente processo [54000.142515/2022-29] fica caracterizado o interesse do ente municipal. Portanto há interesse recíproco.

3.15. O público alvo, as tarefas, o cronograma e os resultados esperados deste plano de trabalho serão tratado com detalhes após a celebração do ACT conforme preconiza o Regulamento Operacional – Programa Titula Brasil^[4] e o Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil^[5].

3.16. O público alvo é os ocupantes da gleba Lucas do Rio Verde.

3.16.1. Os resultados esperados são:

3.16.2. Estruturação do NMRF, conforme preconiza o **Regulamento Operacional – Programa Titula Brasil^[1] e o Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil^[2]**;

3.16.3. Planejamento geral do NMRF, inclusive para ajustar o Plano de Trabalho, com cronograma físico e plano de ação (aplicação, execução) detalhado, com termo aditivo nos itens 8 (resultado esperados) e 9 (plano de ação), conforme preconiza o **Regulamento Operacional – Programa Titula Brasil^[1] e o Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil^[2]**;

3.16.4. Planejamento executivo de execução e atualização do plano de trabalho, conforme preconiza o **Regulamento Operacional – Programa Titula Brasil^[1] e o Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil^[2]**;

3.16.5. Pelos motivos expostos torna-se necessário firmar o Acordo de Cooperação Técnica, entre o Incra em MT e a Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde - MT, com o escopo de geração de renda local após a garantia da regularização da situação fundiária.

4. 4 ABRANGÊNCIA

4.1. O Plano de Trabalho tem em sua abrangência no município de Lucas do Rio Verde - MT que possui terra(s) pública(s) federa(s) passível(is) de regularização fundiária sob domínio ou de posse da União ou do Incra. Terá como público alvo os ocupantes terras públicas federais passíveis de regularização fundiária, contemplará a prestação de serviços públicos de regularização fundiária e titulação no município.

4.2. As glebas públicas localizados no município e que serão objetos da parceria estão na tabela citada no §§ 3.12 e 3.13, que são caracterizados a provável demanda local.

5. 5 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS:

5.1. 5.1 Objetivo Geral: ampliar a regularização e titulação nas terras públicas federais passíveis de regularização fundiária sob domínio da União ou do Incra.

5.2. 5.2 Objetivos Específicos: expandir a capacidade operacional da política pública de regularização fundiária e de titulação; agilizar processos, garantir segurança jurídica, reduzir custos operacionais e, ainda, gerar maior eficiência e celeridade aos procedimentos de regularização fundiária e titulação; reduzir o acervo de processos de regularização fundiária e titulação pendentes de análise; auxiliar na supervisão dos ocupantes em projetos de assentamento; e, fomentar boas práticas no federalismo cooperativo com os municípios.

6. 6 METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

6.1. A metodologia está vinculada ao Manual de Planejamento, Procedimentos e Fiscalização^[2]; inerente à execução dos trabalhos dos Núcleos Municipais de Regularização Fundiária - NMRF que foram regulamentados pelo Ofício 7282 (SEI nº [8193038](#)), processo [21000.050197/2020-50](#).

7. 7 UNIDADE RESPONSÁVEL E GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

7.1. A Unidade Gestora e a responsável pelo acompanhamento do acordo será a Superintendência Regional do Incra em MT - SR(13)MT, neste momento representado pelo Superintendente Regional Edtânio Santos de Oliveira, nomeado por meio da Portaria do Incra nº 194, de 17 de Março de 2023, publicada no D.O.U de 18 de Março de 2023.

7.2. Poderá o(a) Superintendente Regional, por ordem de serviço servidor lotado na SR(13)MT para ser o responsável pelo ACT, visando auxiliar na gestão do ACT.

8. RESULTADOS ESPERADOS

8.1. Os resultados esperados serão tratado com detalhes após a celebração do ACT conforme preconiza o Regulamento Operacional – Programa Titula Brasil^[4] e o Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil^[5].

8.1.1. Estruturação do NMRF;

8.1.2. Planejamento geral do NMRF, inclusive para ajustar o Plano de Trabalho, com cronograma físico e plano de ação (aplicação, execução) detalhado, com termo aditivo nos itens 8 (resultado esperados) e 9 (plano de ação);

8.1.3. Planejamento executivo de execução e atualização do plano de trabalho, conforme preconiza o **Regulamento Operacional – Programa Titula Brasil^[1] e o Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil^[2]**;

8.1.4. Estruturação do NMRF, conforme preconiza o **Regulamento Operacional – Programa Titula Brasil^[1] e o Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil^[2]**;

8.1.5. Planejamento geral do NMRF, inclusive para ajustar o Plano de Trabalho, com cronograma físico e plano de ação (aplicação, execução) detalhado, com termo aditivo nos itens 8 (resultado esperados) e 9 (plano de ação), conforme preconiza o **Regulamento Operacional – Programa Titula Brasil^[1] e o Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil^[2]**;

8.2. Este plano de trabalho poderá ser alterado no caso de alterações das premissas citadas no § 8.1 (caput) e/ou após cumprido o resultado do § 8.1.2.

9. 9 PLANO DE AÇÃO

9.1. Os resultados esperados serão tratado com detalhes após a celebração do ACT conforme preconiza o Regulamento Operacional – Programa Titula Brasil^[4] e o Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil^[5]. Abaixo segue cronograma simplificado.

Eixos	Ação	Responsável	Prazo	Situação
1	Ações comum ao NMRF			
	Estruturação do NMRF	Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde	30 dias	Planejado
	Planejamento geral do NMRF	Incra e Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde	30 dias	Planejado
	Indicação dos membros	Incra e Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde	30 dias	Planejado
	Definir o público alvo, as tarefas, o cronograma e os resultados esperados conforme preconiza o Regulamento Operacional – Programa	Incra e Prefeitura Municipal de Lucas do	90 dias	Planejado

	Titula Brasil e o Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil.	Rio Verde		
2	Ações para atendimento, titulação, regularização, análise processual, rediscussão de metas e resultados	Incra e Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde	5 anos	Planejado

Assinatura eletrônica
Superintendente Regional do Incra em MT
(assinatura eletrônica)

Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de
Lucas do Rio Verde - MT

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

Identidade:

Identidade:

CPF:

CPF:

[1] BRASIL, Incra. **Regulamento Operacional – Programa Titula Brasil**. Brasília, 2021. p.12. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/regulamento_titula_brasil.pdf>. Acesso em: 11 de mar de 2021.

[2] BRASIL, Incra. **Manual de Planejamento e Fiscalização: Programa Titula Brasil**. Brasília, 2021. p.167. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/manual_titula_brasil.pdf>. Acesso em: 11 de mar de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Edtânio Santos de Oliveira, Superintendente**, em 24/06/2023, às 14:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Miguel Vaz Ribeiro, Usuário Externo**, em 24/07/2023, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.incra.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16794119** e o código CRC **6650D607**.

Referência: Processo nº 54000.142515/2022-29

SEI nº 16794119

Criado por [janaina.almeida](#), versão 2 por [janaina.almeida](#) em 23/06/2023 09:12:08.